



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	693/2024
Data do Início	09/01/2024
Folha	19
Rubrica	

Processo nº 693/2024

PARECER GPG N.º 15/PGM/2024  
IMPUGNAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO  
N.º 51/2023 - ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 10/01/2024

## I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de impugnação interposta pela E. TRIPODE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, contra decisão em sede do pregão eletrônico nº. 51/2023, que tem por objeto a ENTREGA E MONTAGEM DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO INTEGRADO DE SÃO JOSÉ.

I – A impugnante aponta algumas irregularidades no edital de licitação, requerendo justificativas técnicas.

II- A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, manifestou-se no sentido de que não possui expertise técnica para análise dos questionamentos, que devem ser respondidos pela Secretaria requisitante.

É o relatório.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	693/2024
Data do Início	09/01/2024
Folha	20
Rubrica	

## II - DO MÉRITO

A impugnante questiona qual a justificativa para o agrupamento dos itens da licitação em lote único, tendo em vista que os mesmos possuem materiais e garantias distintas, que em sua análise deveriam ter sido divididos em pelo menos 4 lotes de acordo com suas especificidades.

Deve a secretaria responder ao questionamento embasada por razões de cunho objetivo, fundada em aspectos de cunho técnico. Ressalte-se que já houve manifestação deste órgão jurídico acerca do tema em âmbito da análise do edital de licitação, através do PARECER GPG N.º 818/PGM/2023 (fls. 800/802), o qual nos reportamos. Cabe ainda ressaltar que o edital de licitação somente estaria aprovado caso cumpridas todas as determinações expostas no parecer, bem como após apresentadas as devidas justificativas solicitadas.

Logo, é crucial a justificativa de forma técnica acerca da escolha do critério de julgamento, devendo observar sobretudo os aspectos abaixo:

- Em relação ao critério de julgamento global, deve ser minuciosamente justificado e demonstrado, com fundamentos objetivos e técnicos, devendo a Secretaria justificar a necessidade da contratação ser realizada em conjunto, bem como a impossibilidade de parcelamento em itens.
- O entendimento consolidado sobre o tema é realizar a licitação pelo critério de julgamento menor preço por item, sendo apenas possível licitar de forma global ou por lote quando justificado devida e tecnicamente. A licitação global influencia no caráter competitivo da licitação.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	693/2024
Data do Início	09/01/2024
Folha	21
Rubrica	

▪ Logo, é recomendável que a licitação seja procedida por itens sempre que técnica e economicamente viável, propiciando a ampliação da competitividade. Para que entenda não cabível o parcelamento, deve ser justificado e demonstrado que haverá perda de economia de escala, oferecer risco ao conjunto do objeto pretendido, fornecimento exclusivo, ou outra justificativa tecnicamente embasada.

A esse respeito, trazemos a lume inclusive o entendimento sumulado pelo TCU:

*“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.*

**É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.**



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	693/2024
Data do Início	09/01/2024
Folha	22
Rubrica	

Representação relativa a pregão eletrônico promovido pelo Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE), para aquisição de insumos para serviço de cirurgia bariátrica por meio de sistema de registro de preços, apontara, dentre outras irregularidades, a *"inobservância do art. 15, inciso IV, e art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993, em razão do agrupamento de diversos itens em apenas um lote"*. Realizadas as oitivas regimentais e a suspensão cautelar do certame, o relator observou que *"o agrupamento de alguns itens no mesmo lote mostra-se pertinente, por exemplo, para os itens 1, 2 e 3 (grampeador cirúrgico, grampos para tecido normal e grampos para tecido vascular); e itens 4, 5, 6, 7 e 8 (trocater descartável de 5mm, cânula para trocater de 5 mm, trocater descartável de 11mm, trocater descartável de 12 mm e cânula para trocater de 12 mm). Desse modo, conforme a natureza, os itens poderiam ser divididos, a princípio, em pelo menos três lotes distintos"*. Ressaltou, contudo, que a entidade não apresentou *"justificativas técnicas razoáveis para que os materiais que compõem os nove itens sejam licitados em um único lote"*. Em relação ao aspecto competitivo, registrou que a modelagem da licitação em lote único permitiu a participação de apenas duas licitantes .

Além disso, *"foram identificadas outras licitações realizadas por órgãos públicos que obtiveram preços próximos a 1/3 do valor obtido no pregão em questão para os itens 1 a 3 e até 26% menor para o item 9"*. Ao concluir que a ausência de competitividade no certame não permitiu a seleção da melhor proposta, destacou que *"a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da*



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	693/2024
Data do Início	09/01/2024
Folha	23
Rubrica	

*totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas". O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, julgou parcialmente procedente a Representação e prazo para a anulação do certame. Acórdão 122/2014-Plenário, TC 031.937/2013-6, relator Ministro Benjamin Zymler, 29.1.2014,fixou.*

- Ainda que persista o entendimento pelo critério de julgamento global, com justificativa embasada, é necessário ponderar se os itens inseridos globalmente possuem alguma correlação lógica ou tecnicamente plausível, e em conformidade com parâmetros mínimos de mercado, sem que frustre o preceito de competitividade. No caso em comento, é crucial apresentar as razões para a abrangência de itens concernentes a indústrias/mercados distintos, o interesse público e a técnica pertinente para tal indicação, bem como a ponderação de que a decisão não implica em cerceamento do mercado.

A impugnante também questiona o prazo de entrega, que em sua análise é exíguo, tendo em vista tratar-se de móveis que precisam ser conccionados. Sobre o prazo, a secretaria deve se manifestar de forma técnica.

Resta consignar que especializada não possui expertise técnica para a análise e que todas as decisões devem ser justificadas e fundamentadas para fins de legalidade do procedimento licitatório, não podendo desrespeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	693/2024
Data do Início	09/01/2024
Folha	24
Rubrica	

### III - CONCLUSÃO

Por todo exposto, este Órgão opina pelo atendimento às diligências descritas neste parecer, para fins de análise, cabendo à Autoridade Competente, **no caso o Ordenador de Despesas**, proferir a decisão quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento s.m.j.

À Comissão Permanente de Licitação,

**Munique Mello de Andrade**

Assessora

Mat.: 108.268

**Villy Teixeira Silva**

Assessor

Mat. 106.264

**Ramires Beltrão do Valle**  
Subprocurador-Geral do Município